

# CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA CONTEMPORANEIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES

## THEORETICAL CONCEPTIONS OF CONTEMPORANEITY: MULTIPLE LOOKS

*Marcelo Rodrigues Lemos<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Partindo de mudanças ocorridas na forma de organização social moderna, diversos estudos são desenvolvidos, dando às transformações práticas uma problematização teórica. Com isso, a proposta deste artigo é situar parte do debate acadêmico realizado pelas Ciências Sociais quanto à possibilidade de definição da contemporaneidade mediante o enfrentamento de teorias construídas pelos seguintes pensadores: Bauman, Giddens, Santos, Augé e Beck. Cada um deles, à sua maneira, reflete sobre a atualidade, destacando-a como uma fase específica da própria modernidade ou vendo-a como um novo tempo histórico. Assim, os conceitos modernidade líquida, alta modernidade, transição paradigmática, supermodernidade e sociedade de risco são forjados para a compreensão do presente.

*Palavras-chave: Contemporaneidade. Modernidade. Mudanças. Relações Sociais.*

## THEORETICAL CONCEPTIONS OF CONTEMPORANEITY: MULTIPLE LOOKS

### **Abstract**

Dealing with changes in the modern social organization, multiple studies are being developed, offering theoretical problematic render to practical transformation. Therefore, the goal of this composition is present part of the academic debate made in Social Science about the possibility of defining contemporaneity, through dealing with the theories build by: Bauman, Giddens, Santos, Augé and Beck. Each of them, think about the present, distinguishing as a specific phase of the modernity itself or seeing it as a new time in history. Thereby, the concepts of liquid modernity, high modernity, paradigmatic transition, hypermodernity, and risky society are cast understanding the present time.

*Keywords: Contemporaneity. Modernity. Changes. Social Relations.*

### **Introdução**

---

<sup>1</sup> Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais, concluídos na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais. Atualmente, é doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - *campus* Marília, São Paulo, como bolsista CAPES.

O interesse deste artigo é o debate proposto pelas Ciências Sociais acerca da contemporaneidade. Apresentada por múltiplos olhares e enfoques, um dos pontos mais polêmicos e revisitados sobre ela diz respeito à possibilidade de sua ruptura com a modernidade, a partir da emergência de um novo tempo histórico, caracterizado, por alguns como *pós-modernidade*. (HARVEY, 1993; LYOTARD, 1988).

Mediante a percepção de mudanças na forma de organização social moderna, diversos estudos são desenvolvidos, dando às transformações práticas uma problematização teórica. Assim, o objetivo deste texto é situar parte do debate acadêmico realizado pelas Ciências Sociais quanto à possibilidade de definição da atualidade, a partir do confronto de teorias construídas por pensadores diversos.

Para o enfrentamento desta questão, escolheram-se autores europeus, em razão da noção de modernidade aqui utilizada. Uma das formas de compreender a modernidade a evidência como um estilo de vida, com gênese na Europa, a partir do fim do século XVII, – tal forma, posteriormente, tornou-se mundial em sua influência. Seu advento teria possibilitado o surgimento e o fortalecimento de vários princípios, tais como os anunciados por Giddens (1991): a intensificação dos preceitos capitalistas e da sociedade industrial, determinantes para o crescimento acentuado dos centros urbanos; a secularização e o Estado laico, com a perda substancial da centralidade da Igreja enquanto instituição gerenciadora de códigos sociais; a racionalização da existência, que coloca a ciência em posição privilegiada como sistema explicativo; o estabelecimento de uma cultura de massas voltada para o consumo excessivo; e a ampliação dos circuitos de sociabilidade em decorrência da aceleração do ritmo de vida.

Os autores selecionados para fundamentar este texto trabalham (ou trabalharam em algum momento) com a modernidade enquanto um projeto iniciado na Europa; por isso, suas análises são privilegiadas por seus próprios locais de fala, visto que estão todos inseridos no circuito europeu de produção do conhecimento. Dessa forma, buscaram-se, na obra de cada um deles, princípios que reforçassem a imagem moderna a partir daquilo que convencionalmente atribuiu-se a ela, tais como os citados no parágrafo anterior.

Ao lidar com os elementos tidos como majoritariamente modernos, Bauman, Giddens, Santos, Augé e Beck acabam por reafirmar a concepção eurocêntrica da

modernidade; cabe ressaltar, entretanto, que esta é apenas uma maneira de enxergá-la teoricamente<sup>2</sup>.

O recorte e a seleção das obras revisadas consideraram os anos de 1990 como período de consolidação da importância dos estudos sobre a pós-modernidade, pois, conforme destaca Schmidt (2007, p. 147), nessa década,

um novo paradigma emergiu na Sociologia para conceituar o mundo contemporâneo: o conceito de 'múltiplas modernidades'. Os propositores do novo paradigma compartilham algumas premissas-chave a respeito do mundo moderno, bem como uma aversão comum à teoria da modernização dos anos 1950 e 1960, que, alegam eles, apresenta visão do mundo supersimplificada, empiricamente incorreta e normativamente questionável.

Propõe-se, portanto, produzir uma breve análise textual, abordando interpretações pertinentes de autores que fundamentam este viés de discussão da temática da modernidade.

### **Modernidade e mudanças sociais**

Considerando a Antropologia e a Sociologia como herdeiras das grandes Revoluções Europeias – que ocorreram, fundamentalmente, no curso dos séculos XVIII e XIX e que trouxeram grandes transformações econômicas, políticas, culturais e epistemológicas –, nota-se a relevância desta discussão, ao passo que ela também versa sobre consequências ocasionadas por mudanças sociais.

Do ponto de vista econômico, com o surgimento de crises econômicas de proporções internacionais, nota-se que o modo de produção capitalista tem apresentado certo esgotamento. Tais crises são o reflexo das contradições inerentes ao próprio capitalismo, que se vê no dilema da acentuação da produtividade e de seus ganhos, enquanto exclui boa parcela da população da condição de consumidores em potencial. Além disso, a possibilidade da sustentabilidade, embora criticada por muitos pensadores (BRUSEKE, 1995; LIMA, 1997),

---

<sup>2</sup> Existem críticas às teorias que estabelecem a Europa como o local típico da modernidade em detrimento dos processos coloniais, ocorridos fora da Europa, que também foram essenciais à modernização. Assim, a linearidade do projeto moderno não é um consenso para as Ciências Sociais, nem mesmo a universalidade das explicações que o reforçam enquanto um fenômeno europeu ou ocidental. É preciso ressaltar que existem outras formas analíticas de interpretação da modernidade, que valorizam a atuação dos povos colonizados como um dado central e constitutivo das premissas modernas. Alguns estudos apontam que o mundo moderno surgiu em razão da própria colonização e não das Revoluções Europeias, pois ela inaugurou um conjunto de relações sociais inteiramente novas, enquanto as transformações geradas pelas Revoluções estavam inevitavelmente vinculadas a um passado arraigado e difícil de encerrar. Neste artigo, optou-se por retirar esta crítica, chamada de decolonial e em alguns casos de pós-colonial, por se tratar de um problema abrangente e por se considerar que ela merece um tratamento especial e pormenorizado, fato que vem sendo enfrentado na tese de doutorado deste pesquisador. Ver mais em MIGNOLO (2003), QUIJANO (2005), SAID (2010) e SPIVAK (2010).

tem sido defendida cada vez mais como forma alternativa à exploração e à degradação ambiental desenfreada promovida pelo capitalismo. (CAPRA, 1982; SACHS, 2008).

No campo político, percebe-se uma intensificação dos anseios democráticos e libertários. No final de 2010, a chamada Primavera Árabe<sup>3</sup> e seus protestos derrubam líderes despóticos no Oriente Médio. No Brasil, recentes reivindicações também pedem a sofisticação da democracia e a consolidação de direitos, balizados pela noção de cidadania. As atuais revoltas políticas demonstram os limites da democracia burguesa, que concede pequenos benefícios às massas, mas favorece a manutenção do *status quo* da burguesia.

Além disso, alterações na configuração das formas de sociabilidade também são percebidas, as quais mostram a efervescência dos vínculos virtuais, em substituição aos contatos face a face. A possibilidade de deslocamentos ágeis traz a sensação da separação entre tempo e espaço, e a própria percepção da identidade dos indivíduos carece de fortalecimento, pois a globalização e a massificação cultural rompem com as particularidades e os regionalismos.

Logo, a temática deste artigo é plausível, pois, “Mais urgente do que nunca, precisamos de esquemas de interpretação que nos façam [...] repensar a novidade que nos atropela e que nos permita viver e atuar com ela.” (BECK, 2010, p. 14).

### **Bauman e a modernidade líquida**

Para Bauman (1999), a *modernidade sólida* seria o tempo no qual se refletiu a busca da ordem, vista como objeto tanto de pensamento quanto de prática. Os indivíduos, imbuídos pelo projeto moderno, passaram a administrar racionalmente a existência. O ordenamento técnico e consciente das ideias, presente em tal projeto, permitiria o controle do mundo pela razão, transformando-o no melhor dos mundos. “A prática tipicamente moderna, a substância da política moderna, do intelecto moderno, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo o que não poderia ser ou não fosse precisamente definido.” (BAUMAN, 1999, p. 15).

Para o cumprimento do projeto moderno, dois agentes foram, e ainda são, fundamentais, a saber: os Estados e a ciência. Ambos viabilizaram a realização da

---

<sup>3</sup> Segundo o sociólogo italiano Paolo Gerbaudo, a Primavera Árabe define-se como um movimento político popular marcado por protestos contra instituições e governos despóticos. Iniciado em 2010 na Tunísia, o movimento se propagou por grande parte do Oriente Médio, atingindo alguns países do norte da África e contou com mobilizações iniciadas nas redes sociais, que foram, gradativamente, tomando ruas e espaços públicos. (FRANCO, 2013).

modernidade sólida. O Estado dominou as populações de modo a “transformá-las numa sociedade ordeira.” (BAUMAN, 1999, p. 29). Já à ciência, coube a tarefa de “conquistar” a natureza, subjugando-a às necessidades humanas.

A eliminação da ambivalência propunha a categorização e a classificação do mundo pelo conhecimento, pela ciência; tudo o que se mostrasse confuso ou duplo deveria ser expurgado. Foi justamente por esse pensamento que, no período da modernidade sólida, a razão voltou-se contra si própria. Como apresenta Bauman (1999), o holocausto e a catástrofe nuclear japonesa revelam que a ideia de controle racional do mundo abalou-se e não cumpriu sua promessa de tornar o mundo o melhor possível.

Se a modernidade sólida almejava o desenvolvimento ordenado do globo com a marcação das fronteiras, a emergência da globalização e a proliferação dos meios de transporte e de comunicação geraram impactos em sua concepção. O conhecimento técnico passou a permitir o deslocamento do tempo e do espaço. Dessa maneira, a partir das últimas décadas do século XX, com a acentuação da mobilidade, da aceleração do ritmo de vida e da liquidez das relações humanas, desfragmenta-se a imagem do projeto moderno – com suas máximas de classificação ordeira e geométrica dos determinantes sociais e de harmonia entre planejamento e administração, surgindo a chamada *modernidade líquida*. (BAUMAN, 2001).

No mundo sólido dos Estados-Nações toda diferença era vista com desconfiança, ao passo que no mundo líquido a diferença se torna exigência: todos devem ser indivíduos particulares. No mundo sólido as formas de vida comunitárias ainda podiam existir – mesmo que reduzidas e isoladas [...] já no mundo líquido a comunidade é tornada mito. Com a individualização radicalizada, todas as formas de sociabilidade que sugerem dependência mútua passam a ser vistas com desconfiança. (MOCELLIM, 2007, p. 106).

Portanto, de acordo com Bauman (1999, 2001) a modernidade, aos moldes do seu nascimento, perdeu força enquanto organização social, pois a atualidade revela que alguns elementos da modernidade sólida foram radicalizados e outros substituídos por completo. Assim, os vínculos sociais contemporâneos são fomentados tendo como base novos preceitos advindos da modernidade líquida.

Bauman (2004) sustenta que, na atualidade, as relações sociais são estabelecidas em uma sociedade de consumidores, cujos laços sociais são fluidos, ambíguos, provisórios e revogáveis. Como essas relações ocorrem no terreno do transitório e da ambiguidade, a contrapartida oferecida é a insegurança, a solidão e a imediatez. Os indivíduos procuram não

se relacionar de modo excessivamente íntimo, apertando os laços, mas deixando-os, ao mesmo tempo, frouxamente atados, para que, no futuro, possam ser rompidos com facilidade.

Como se vê, a concepção de Bauman (2001, 2004) para as formas de sociabilidade passa pela constatação de que mudanças no modo de interagir dos indivíduos, em razão da emergência de uma nova modalidade de organização social, afloraram a modernidade líquida. Outros autores, como Giddens e Santos, endossam tal problematização, ressaltando transformações sociais na figura da modernidade.

### **Giddens e a alta modernidade**

Giddens (1991) tece suas análises aos moldes da elaboração de uma teoria social afinada com o mundo contemporâneo. Para ele, as Ciências Sociais devem responder se há, de fato, a transição do período moderno mediante o nascimento de um novo tipo de sistema social. Contudo, o autor adverte ser crítico da expressão *pós-modernidade*, acreditando, antes, na atual desorientação humana causada pela não compreensão plena de um universo de eventos.

Assim, a dificuldade na obtenção de conhecimento sistemático sobre a organização social foi o que instigou Giddens (1991) a pensar a contemporaneidade. Porém, para refletir sobre como tal dificuldade começou a ocorrer, não basta criar novos termos e expressões. As Ciências Sociais devem, inicialmente, retomar a natureza da própria modernidade, revelando sua real abrangência. Para o autor, “Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.” (GIDDENS, 1991, p. 13).

De acordo com o autor, a delimitação do momento histórico passa pelo entendimento de que a organização e a transformação da história não envolvem princípios unificadores. É preciso romper com os preceitos do evolucionismo social, o qual determina o enredo histórico de modo ordenado, como uma marcha com fim já conhecido, pois a história é descontínua e não uma unidade com forma homogênea em seu desenvolvimento. Feito isso, não é possível dizer que os indivíduos, atualmente, estão situados em um período de nítida separação com o passado.

Nesse sentido, a modernidade não foi suplantada pela pós-modernidade, uma vez que as instituições sociais permanecem as mesmas do momento de seu “aparecimento” e, hoje, estão mais racionalizadas. “Não vivemos ainda num universo social pós-moderno, mas

podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas.” (GIDDENS, 1991, p. 58).

Giddens (1991) acredita na modernidade radicalizada ou em uma *alta modernidade*, na qual a contemporaneidade é um complexo ativo de reações aos sistemas sociais, envolvendo tanto apropriações como perdas. Para ele,

A radicalização da modernidade é tão perturbadora, e tão significativa, seus traços mais conspícuos – a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa, constitutiva, junto com a evaporação da posição privilegiada do Ocidente – nos levam a um novo e incipiente universo de experiência. (GIDDENS, 1991, p. 58).

O desencaixe entre tempo e espaço é uma das principais características da alta modernidade, revelando o dinamismo e a racionalização da existência ao fomentar relações entre outros ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou da interação face a face. Dessa forma, os espaços passam a ser penetrados e moldados por influências sociais bem distantes deles. Logo, o desencaixe representa o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 29).

Os elementos relacionados a esse deslocamento são interessantes pistas aos estudos sobre mudança social por contemplarem a própria natureza da modernidade. Assim, dois mecanismos diretamente envolvidos com o desenvolvimento das modernas instituições sociais são os principais causadores de desencaixe, a saber: as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

As fichas simbólicas expressam os meios de intercâmbio sem vinculação às características e particularidades de cada indivíduo ou grupo que as possui, fazendo circular todo tipo de bens e serviços. Giddens (1991) estabelece o dinheiro como o principal exemplo das fichas simbólicas, enxergando-o como um elemento essencial às transações econômicas distanciadas. Ou seja,

O dinheiro, pode-se dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço. (GIDDENS, 1991, p. 32).

Já os sistemas peritos são expressos pela confiança delegada pelos indivíduos às técnicas ou competências profissionais organizadoras dos ambientes materiais e sociais envolvidos com a própria existência. Fé e confiança são transmitidas às ferramentas elaboradas por tais sistemas, como a estrutura física das residências, a mecânica dos automóveis e aviões, a capacidade médica, a competência jurídica dos advogados, entre outros. Segundo Giddens (1991, p. 36), os sistemas peritos “removem as relações sociais das imediações do contexto [...] fornecendo ‘garantias’ de expectativas através de tempo-espaço distanciados.”

Bauman (2004) também endossa esse tema, ressaltando que, na contemporaneidade, são criadas ferramentas para a sociabilidade, especialmente aquelas provenientes da eletroeletrônica, como o celular e o computador. Com tais ferramentas, surge uma nova categoria de interação: a proximidade virtual. Possível até mesmo para os fisicamente distantes, essa categoria torna as conexões humanas mais frequentes, porém mais banais, e, por isso, elas não se condensam em laços sólidos o bastante para serem permanentes, pois apenas criam a ilusão da proximidade.

### **Santos e a transição paradigmática**

Para a perspectiva analítica de Santos (2000), é possível caracterizar a contemporaneidade segundo parâmetros relativos a uma *transição paradigmática*, que coloca em cheque o paradigma da modernidade ocidental. Para tanto, o autor propõe que a reflexão em torno de tal transição passe por novas epistemologias, teorias e questões analíticas, possibilitando, com isso, a definição do novo contexto social em emersão. A passagem entre paradigmas é sempre gradual e quase invisível. Somente após vários anos, ou mesmo séculos, é que se pode precisar e datar com segurança o fim do anterior e o nascimento do subsequente.

De acordo com Santos (2000, p. 15) a modernidade ocidental surgiu entre os séculos XVI e XVII como um “ambicioso e revolucionário paradigma sócio-cultural assente numa tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social.” No entanto, em meados do século XIX, com a sólida convergência entre o capitalismo e o paradigma moderno, tal tensão sofre um desgaste, que é identificado por uma tendência progressiva que transforma as forças emancipatórias em forças regulatórias, ocorrendo a ruína da emancipação na regulação.



É entre as ruínas do decadente paradigma moderno que se pode, segundo Santos (2000, p. 16), perceber sinais, por enquanto vagos e muitas vezes confusos, da emergência de um novo paradigma. Assim, “deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante já que todas elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias regulatórias”.

As principais dimensões da transição paradigmática são a epistemológica e a societal. No concernente à primeira, a mudança passa pela substituição gradativa do paradigma dominante da ciência moderna pelo paradigma em nascimento, designado por *paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*, que privilegia o convencimento em vez da persuasão por meio de retóricas e de conhecimentos voltados para relações equânimes entre razões e resultados, entre contemplação e ação.

Já a transição societal é menos visível e condena o paradigma dominante e seus preceitos da sociedade patriarcal, da produção capitalista, do consumismo, do individualismo, das democracias autoritárias, do globalismo excludente, em favor de *vibrações ascendentes*. Tais vibrações estão ligadas aos princípios da comunidade e às suas noções de solidariedade e participação, bem como aos conteúdos estético-expressivos e às ideias de prazer e autoria, anunciando a dimensão ativa e criativa do sujeito.

Dessa forma, a concepção do autor acerca da modernidade é simultaneamente menor e maior do que aquilo que convencionalmente foi estabelecido. É menor porque a modernidade ocidentalizou-se, tornando-se não um paradigma social e cultural, com determinantes globais e/ou universais, mas, sim, um paradigma localmente globalizado. E é maior em virtude de a definição aceita de modernidade não suportar uma série de epistemologias, tradições culturais e opções sociopolíticas alternativas. Ou seja, “as promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformaram-se em problemas para os quais parece não haver solução.” (SANTOS, 2000, p. 29).

Outro fator típico da transição paradigmática é a figura do excesso do tempo. A teoria crítica moderna, por meio da ideia de progresso, sempre buscou a união entre passado, presente e futuro, segundo continuidades e determinismos oriundos do cientificismo. Hoje, observa-se uma verdadeira discrepância entre tais percepções teóricas e suas expectativas. Eventos de ruptura são constantes e a ocorrência do excesso do tempo presente remete à quebra com o passado e à indiferença com o futuro, que passa a ser visto, inevitavelmente, como catastrófico.

Tudo isso acarreta sensações de desassossego em relação ao tempo, pois os indivíduos estão “entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu. [...] A coexistência destes excessos confere ao nosso tempo um perfil especial, o tempo caótico onde ordem e desordem misturam em combinações turbulentas.” (SANTOS, 2000, p. 41).

Assim, a supressão do paradigma moderno sociocultural é um processo complexo no qual estão envolvidos superação e obsolescência. Na visão de Santos (2000), a modernidade teria cumprido em demasia algumas de suas propostas, mas outras não conseguiram mais se efetivar. Logo,

tanto o excesso como o déficit de cumprimento das promessas históricas explicam a nossa situação presente, que aparece, à superfície, como um período de crise, mas que, a nível mais profundo, é um período de transição paradigmática. Como todas as transições são simultaneamente semi-invisíveis e semicegas, é impossível nomear com exactidão a situação actual. (SANTOS, 2000, p. 49).

Nessa direção, a crise da modernidade é também uma crise epistemológica da ciência moderna, a qual privilegiou a racionalidade cognitivo-instrumental, reduzindo os mecanismos de emancipação; ou seja, com a hiper-cientificização, o paradigma dominante entra em uma crise resultante do avanço ocasionado por ele próprio em relação ao conhecimento. Com isso, nota-se uma passagem lenta da ciência moderna ao *novo senso comum*. Há a substituição da chamada *razão indolente* por uma nova teoria crítica, baseada no novo senso comum verdadeiramente emancipatório, o qual passa a ser possível pela autorreflexividade, entendida como a melhor maneira para se percorrer criticamente o caminho da crítica. “No paradigma emergente, o carácter autobiográfico conhecimento-emancipação é plenamente assumido: um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos.” (SANTOS, 2000, p. 84).

A contribuição de Santos (2000, p. 168) para este estudo é identificada pela amplitude atribuída por ele à concepção de transição paradigmática. Mais do que indicar a transição entre modos de produção ou ressaltar a crise epistemológica da ciência moderna, a transição observada por ele aponta para alterações “entre formas de sociabilidade no sentido mais lato, incluindo as dimensões econômica, social, política e cultural.”

### **Augé e a supermodernidade**

Para o antropólogo francês Augé (2007, p. 26), as análises sociais devem considerar os processos de transgressão e mudança, além das estratégias individuais no cerne dos sistemas instituídos, questionando “identidades absolutas, simples e substanciais, tanto no plano coletivo quanto no individual [...]”.

Atualmente, os estudos da Antropologia debruçam-se para horizontes familiares e próximos em função das transformações ocorridas na contemporaneidade. Nessa direção, Augé (2007) apresenta três transformações que estão efetivamente presentes – a do tempo, a do espaço e a do indivíduo. Esses três elementos de mudança circunscrevem o contexto da chamada *supermodernidade*, fomentada pela exacerbação de cada um dos fatores listados, pois são figuras que se revestem de excesso.

O excesso de tempo converte-se em uma superabundância de fatos trazidos à baila da contemporaneidade. A multiplicação de acontecimentos levados à consciência dos indivíduos é parte da superabundância de informações veiculadas cotidianamente. A convivência simultânea de quatro gerações diferentes, e não mais três, também é uma marca do atual excesso de tempo. O prolongamento da esperança de vida acarreta, segundo Augé (2007, p. 32), modificações práticas na ordem da vida social. Nessa perspectiva, a presença do excesso torna os indivíduos mais solicitantes de sentido. Contudo, essa necessidade de dar um sentido ao presente e ao passado fica comprometida pela superabundância de fatos.

A segunda transformação que configura a supermodernidade é a atual superabundância espacial. Há um encolhimento do planeta provocado por “reduções” nas escalas dimensionais, facilitadas por meios de transporte incrivelmente rápidos, pelas imagens via satélite de praticamente todas as localidades do globo e pelo aumento das matrizes de energia. São alterações de teor físico, resultantes dos conglomerados urbanos e do deslocamento da população, como no caso da migração campo-cidade. Tudo isso faz com que a unidade do espaço terrestre passe a ser questionada, possibilitando o deslocamento das referências do próprio espaço.

A terceira figura proposta por Augé (2007) refere à superabundância do indivíduo e ao contexto da diminuição dos padrões de identificação coletiva. Logo, a criação individual de sentido nunca foi tão necessária. Há a singularização da produção de sentido aos eventos e às relações e, com essa individualização das referências, alteram-se os sistemas de representação das categorias de identidade e alteridade.

Como estabelecido, a modalidade essencial da supermodernidade é a superabundância do tempo, do espaço e da individualização das referências, ou, nas palavras

de Augé (2007, p. 32), “É [...] por uma figura do excesso que se definirá, primeiro, a situação de supermodernidade.”

O termo supermodernidade, com sua característica de excesso, sugere mudanças nesses três elementos em comparação ao período histórico anterior – o da modernidade. No entanto, as modificações não pressupõem, com isso, um rompimento abrupto, a passagem de um estágio a outro, nem quebra e modificação substancial das relações estabelecidas socialmente.

Como indica Augé (2007, p. 41-42), os pilares erguidos nos séculos XVII e XVIII estão presentes e não foram derrubados, porém vestem-se com novas roupagens. Os analistas devem tão somente atentar-se “às mudanças que afetaram as grandes categorias por meio das quais os homens pensam sua identidade e suas relações recíprocas. [...] Nas situações de supermodernidade os componentes se somam sem se destruírem.” Também para Giddens (1991), não há a supressão dos preceitos modernos, mas, sim, a exacerbação e a radicalização do conteúdo racionalizado advindo da modernidade.

Augé (2007) entende que a vivência no mundo supermoderno traz consequências aos indivíduos, que, perante uma exacerbação de eventos e informações, passam a produzir sentido com teor individual às relações que estabelecem e aos fatos que observam. Assim, se antes a etnologia buscava espaços significantes caracterizados por sociedades com culturas entendidas como totalidades plenas, agora a presença do excesso acarreta alterações nas conduções das pesquisas antropológicas. A tradição etnológica focada na cultura situada no tempo e no espaço vê-se, portanto, desafiada a dar conta da presença da superabundância temporal, espacial e da individualização.

Toda essa problemática faz parte de um processo dialético de excesso e déficit de categorias essenciais para pensar o social. Como chama a atenção Santos (2000), a sociedade passa, atualmente, por uma mudança de paradigma sem a indicação de uma abrupta ruptura com o passado pela emersão de uma nova etapa histórica. O que há são novos modos de se estabelecer relações, as quais, conforme Bauman (2004), tornam-se fluidas e frouxas, para que possam ser rompidas sem grandes sobressaltos, conforme já apontado.

### **Beck e a sociedade de risco**

Beck (2010, p. 11) é outro pensador interessado na questão do desenvolvimento histórico da modernidade. Ele enfatiza a necessidade de avaliar velhas teorias e formas de

pensamento que ganharam longevidade com o prefixo pós, como a pós-modernidade, o pós-industrialismo e o pós-esclarecimento. Com a avaliação em questão, seria possível, “a despeito de um passado ainda vigente, tornar visível o futuro que já se anuncia no presente”.

O autor aponta a necessidade da teorização social para a compreensão de mudanças no interior da modernidade e da sociedade industrial clássica, a qual adquire uma nova forma, chamada, por Beck (2010), de *sociedade de risco*. A investigação preocupada com esta temática deve ater-se à dicotomia entre continuidade e cesura presente nesta época.

Para Beck (2010, p.12-13),

assim como no século XIX a modernização dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental e, ao depurá-la, extraiu a imagem estrutural da sociedade industrial, hoje a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e, na continuidade da modernidade, surge uma outra configuração social.

A sociedade de risco é caracterizada pela presença de riscos civilizacionais produzidos, contraditoriamente, pelo poder do progresso tecnológico-econômico. Estes, por sua vez, ameaçam a vida de plantas, animais e seres humanos, cruzando fronteiras nacionais e assumindo dimensões globais.

Assim, traço fundamental desta sociedade seria a desconstrução de tradições, hábitos e valores tidos como referenciais na sociedade industrial clássica. Atualmente, mudanças nas concepções tradicionais do casamento, da paternidade, da sexualidade e no amor são percebidas no seio da família nuclear, fato que desperta a curiosidade analítica dos cientistas sociais.

Segundo Beck (2010), as inúmeras modificações sofridas pela modernidade tendem a libertar os grupos humanos de padrões sociais presentes na clássica sociedade industrial. Desse modo, antigas referências ligadas à classe ou ao estrato, como família e identidade de gênero, passam a ser ressignificadas e destradicionalizadas.

A tradição dos chamados Estados de Bem-Estar Social, fortemente construída após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), em especial, na Europa, proporcionou um intenso isolamento social. A busca pelo sucesso pessoal e por elevados padrões econômicos de vida do agora “trabalhador livre assalariado” estimulou a competitividade e a desconexão com condicionantes familiares e de classe.

A colocação do indivíduo como referência central nos planos de vida desestabilizou a noção de sociedade como grande agrupamento coletivo. A perspectiva da classe e da estratificação, como circunstâncias fundamentais à formação das identidades, vai se

deteriorando, transformando problemas estruturais e sistêmicos em fracassos atribuídos a cada pessoa em particular. Ou seja,

Nas formas de vida destradicionalizadas surge uma *nova mediação entre individuo e sociedade*, a imediação entre crise e enfermidade, na medida em que as crises sociais surgem como se fossem individuais, sendo que somente sob uma série de condições e mediações seu caráter pode ser percebido. (BECK, 2010, p.109-110).

Novas posições de gênero também são postas em evidência, significativamente em relação às mulheres. Liberadas de uma tradição que as prendiam ao casamento, agora é o divórcio que gera ambiguidades e desconfortos. Uma vez que as necessidades e suas correspondentes realizações se individualizaram, a família passa a ser inserida em um contexto de desgaste, pautado nas obrigações maçantes do trabalho doméstico, da educação dos filhos e da realização profissional. Assim, “tanto dentro quanto fora da família, os indivíduos convertem-se em agentes que asseguram existencialmente sua mediação pelo mercado e a organização e o planejamento biográficos com ela relacionados.” (BECK, 2010, p.110-111).

Embora esses novos arranjos sociais estejam ligados à individualização, eles não se parecem com uma emancipação bem-sucedida, pois estão presos à institucionalização e padronização dos estilos de vida. “Libertados”, os indivíduos são ainda reféns do mercado de trabalho, prisioneiros do consumo, de burocracias políticas e legais, e as posições individuais tornam-se institucionalmente dependentes.

Com isso, a formação social das identidades vai adquirindo contornos contraditórios. A socialização perde respaldos coletivos e aparece, agora, como uma atmosfera cada vez mais individualizada. Mas, incoerentemente, as buscas por um pouco de vida própria acabam se esbarrando em limites sociais e políticos.

Outras transformações, não menos sutis, são vistas nas relações de trabalho assalariadas, na universalização e simultânea desmistificação da ciência, nas formas de democracia parlamentar. Portanto, “O sistema de coordenadas ao qual a vida e o pensamento estão sujeitos na modernidade industrial [...] começa a cambalear, e surge um novo crepúsculo de oportunidades e riscos” (BECK, 2010, p. 18).

### **Considerações finais**

Os preceitos debatidos mostram que a contemporaneidade apresenta características diferenciadas em comparação aos primeiros momentos da modernidade. As diferentes expressões elencadas por cada autor (modernidade líquida, alta modernidade, transição paradigmática, supermodernidade e sociedade de risco), revelam transformações sociais vivenciadas na atualidade. O reconhecimento de mudanças no modelo de organização social moderno chamou a atenção para esta investigação, pois Bauman, Giddens, Santos, Augé e Beck, cada um à sua maneira, sugerem mudanças efetivas na contemporaneidade.

Nota-se, portanto, que a atualidade é alimentada por rupturas e continuidades em relação à modernidade. Ou seja, a contemporaneidade traz, concomitantemente, um fluxo de assimilações, rupturas e transições ante os fenômenos sociais tipicamente modernos.

Compreende-se, com isso, que a ciência precisa responder às inquietações, situando o debate acadêmico perante as transformações referidas, proposta simplificada por este artigo. Só é possível contextualizar a contemporaneidade mediante a construção de novas referências, que delimitem, em especial, a posição das Ciências Sociais ante as assimilações e rupturas atualmente notadas, em comparação à modernidade e seus preceitos. Essa tarefa faz parte da necessidade crucial de se construir teorias, mesmo sem referência a objetos empíricos particulares ou a domínios investigativos específicos, valorizando a teorização geral como elemento eminentemente científico. (ALEXANDER, 1987).

### Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey Charles. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v.2, n.4, p.5-28, jun. 1987.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRUSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

FRANCO, Bernardo Mello. Objetivo de manifestações é nova forma de democracia, diz sociólogo italiano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 jul 2013. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1307877-objetivo-de-manifestacoes-e-nova-forma-de-democracia-diz-sociologo-italiano.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2013.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LIMA, Gustavo Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, n.13, p.201-222, set. 1997.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOCELLIM, Alan. Simmel e Bauman: modernidade e individualização. *Em Tese - Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia da UFSC*, Florianópolis, v.4, n.1, p.101-118, ago./dez. 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 229 - 279.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política da transição paradigmática. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHMIDT, Volker. Múltiplas modernidades ou variações da modernidade? *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v.28, n.0, p.147-160, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.